

A CRISE DE REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA E O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO EXPERIÊNCIA DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

COLENCI, Pedro; SOUSA, Isabel; FERRATI, Laura;
OLIVEIRA, Celso - Universidade Federal de São Carlos
colencilu@yahoo.com.br; sousa.isabelnunes@gmail.com;
laura_ferrati@hotmail.com; celmaran@gmail.com;

Justiça, democracia e seletividade

RESUMO

Considerando o protagonismo das cidades no desenvolvimento econômico, nacional, regional e mundial, e visto que a participação popular é alijada da lógica de desenvolvimento atual, a gestão democrática urbana torna-se fundamental, na medida em que permite a participação de segmentos sociais até então excluídos das instâncias decisórias, o que auxilia na formulação e aplicação de políticas públicas direcionadas aos problemas contemporâneos, e amparadas por valiosa contribuição de agentes que vivenciam tais problemáticas. O presente trabalho refere-se ao Orçamento Participativo (OP), instrumento de fomento à participação popular amplamente difundido no Brasil e aplicado em diversos países. Buscou-se apresentar um breve histórico da implantação desta experiência, assim como sua repercussão no Brasil. Independente das discordâncias em relação à sua origem, o processo de criação do OP se alicerçou na busca da sociedade civil, representada principalmente pelas associações

democráticas, em impulsionar o processo participativo nas tomadas de decisão, possibilitando que vozes outrora não ouvidas pudessem se manifestar, em um período em que a transição de uma ditadura para uma democracia atingiu resultados decisivos. Ademais, a prerrogativa recentemente constatada de que, cidades com orçamento participativo gastam mais com saúde e saneamento, possuem melhor desempenho na redução da mortalidade infantil, e registram maior presença de organizações da sociedade civil interagindo com o poder público fundamentou a investigação proposta nessa pesquisa, no sentido de compreender e analisar a motivação da ampla adesão e propagação global dessa ferramenta participativa. Tendo como estudo de caso a cidade de São Carlos, buscou-se demonstrar a evolução desse instrumento participativo, desde sua institucionalização pelo governo municipal em 2001, até os dias atuais.

Pedro Colenci, possui graduação em Direito pela Universidade de Araraquara (2002), graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Central Paulista (2004), mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara (2009) e, Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos no departamento de Ciências Ambientais. Atualmente é advogado e professor - coordenador do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, do curso Técnico em Serviços Jurídicos.

Isabel Cristina Nunes de Sousa, estudante de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Tem experiência na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Gestão e Análise Ambiental.

Laura Ferrati, Estudante de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

Tem experiência na área de Ciências Ambientais, com ênfase em Gestão e Análise Ambiental.

Celso Maran de Oliveira, professor do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui Doutorado (2005) em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP), Mestrado (2000) em Direito da Integração pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Especialização em Proteção de Menores (1998) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Orientador dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente, é pesquisador líder do Grupo de Pesquisa Novos Direitos, cadastrado no CNPq e certificado pela UFSCar. Principais áreas de atuação: direito ambiental, direito urbanístico, direito da integração regional, auditoria ambiental. Conferencista no Brasil e no exterior. Possui diversas obras publicadas.